

Proteger a Dignidade e os Direitos Dos Migrantes em Situação Irregular

29/07/2016

migrações

Recomendações das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia e da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Como principais prestadores de serviços humanitários, as Sociedades Nacionais Cruz Vermelha da União Europeia (UE) testemunham os desafios prementes enfrentados pela UE para proteger a dignidade e os direitos de todos os migrantes, particularmente aqueles que se encontram em situação irregular. Eles têm realmente observado as consequências humanitárias da situação administrativa irregular, o que põe em risco os direitos fundamentais dos migrantes, bem como o seu acesso à assistência humanitária, serviços básicos e protecção. Como resultado, os migrantes em situação irregular estão entre as pessoas mais vulneráveis da Europa.

Proteger a dignidade e os direitos dos migrantes em situação irregular requer uma acção decisivo. Considerando isto, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia fazem as seguintes recomendações para a UE e seus Estados-Membros:



Migrantes em situação irregular são frequentemente forçados a viver nas sombras da sociedade por medo de serem denunciados, detidos ou deportados, Alemanha, 2011.

© Benjamin Hensel / Cruz Vermelha Alemã

1. Implementar um quadro eficaz para a migração segura e legal para a UE, de modo a reduzir a migração irregular.
2. Garantir o acesso de todos os migrantes à ajuda humanitária, independentemente do seu estatuto jurídico.
3. Facilitar o acesso à informação sobre direitos a todos os migrantes
4. Aplicar um princípio de separação para assegurar uma divisão clara entre as autoridades de imigração, outras autoridades e serviços públicos.
5. Garantir o acesso efectivo à justiça para os migrantes em situação irregular
6. Facilitar o acesso dos migrantes a um estatuto digno e seguro.
7. Abster-se da detenção de crianças migrantes e proceder à detenção de migrantes adultos como medida de último recurso.
8. Certificar-se de que os procedimentos de retorno estão em conformidade com os direitos fundamentais.

Enquadramento

Nos últimos anos, a UE e os seus Estados-Membros deram prioridade à redução na entrada e permanência irregular dos migrantes através do reforço no controlo das fronteiras externas e na intensificação das medidas de detenção e retorno. No entanto, na ausência de vias legais acessíveis, a migração irregular é a única maneira de alcançar a UE por muitos migrantes, incluindo as pessoas que necessitam de protecção internacional.

Os nossos princípios

Em todos os momentos somos orientados pelos nossos

Princípios Fundamentais:

Humanidade

Imparcialidade

Neutralidade

Independência

Voluntariado

Unidade

Universalidade

Um quadro jurídico e político tão limitado impulsiona os migrantes a recorrer a meios de transporte que os expõe a múltiplos riscos, incluindo morte, lesões, tratamento desumano e degradante, exploração por redes criminosas, tráfico e outras formas de violações dos seus direitos.

Durante os últimos três anos, o Gabinete das Sociedades Nacionais Cruz Vermelha da UE e os seus membros têm defendido a adopção de vias legais adicionais para aceder à UE como uma importante estratégia para reduzir as vulnerabilidades dos migrantes que tentam fazer o seu caminho para a Europa.

No entanto, para muitos migrantes, a entrada irregular não é a única forma de se cair numa situação irregular. Entre outros, a irregularidade pode ter sido desencadeada por: 1) rejeição de um pedido de asilo ou de outra forma de protecção internacional, 2) perda de autorização de residência devido ao desemprego ou exploração, 3) erros burocráticos no processamento dos formulários de residência ou de trabalho, 4) retirada ou perda de estatuto, 5) cessação de estatuto regular, devido a quebra em relacionamento pessoal, e 6) nascimento na UE para pais que estejam em situação irregular.

Devido à sua situação irregular, vários migrantes são impedidos de aceder a serviços básicos e assistência necessária. O acesso dos migrantes aos direitos sociais e fundamentais – incluindo direito à saúde, a moradia adequada, à educação e formação, a um mínimo de subsistência, à vida familiar, à integridade moral e física, ao apoio jurídico e a condições de trabalho justas - são significativamente escassos, e às vezes inteiramente negados por medidas que visam controlar a migração irregular para a EU e dentro dela. Consequentemente, isso afecta as respectivas obrigações que os Estados têm, no âmbito da lei internacional de direitos humanos. Também tende a fomentar o aumento da violência, xenofobia, racismo e exploração.

O mandato das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e os Princípios Fundamentais que orientam as suas actividades, obrigam a que se preste assistência Humanitária a todos os migrantes com base unicamente nas necessidades, sem considerar o estatuto jurídico.

Este compromisso foi reafirmado pelos Estados e todos os componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nas 30ª e 31ª Conferências Internacionais da Cruz Vermelha em 2007 e 2011, respectivamente. Na experiência do Movimento, os migrantes - especialmente aqueles em situação irregular - estão entre os grupos mais vulneráveis a quem se presta assistência. No entanto, paradoxalmente, as Sociedades Nacionais Cruz Vermelha na UE enfrentam dificuldades em chegar a esse grupo, o que os impede de cumprir o seu mandato humanitário.

No início de 2015, a Comissão Europeia publicou um Plano de Acção contra o Tráfico Ilícito de Migrantes. O Plano descreve as medidas destinadas a combater e prevenir o tráfico de migrantes, garantindo ao mesmo tempo a protecção dos seus direitos humanos. Entre as iniciativas políticas concretas previstas no plano de acção, a Comissão Europeia anunciou a revisão em curso de um "pacote facilitador", bem como uma revisão dos impactos da Directiva sobre as autorizações de residência concedida às vítimas do tráfico de seres humanos e de contrabando.

As Sociedades Nacionais Cruz Vermelha na UE desejam contribuir para esses processos com as recomendações que se seguem, apresentando elementos para apoiar uma abordagem mais equilibrada e abrangente, que tenha em consideração os direitos humanos e os aspectos humanitários. Estas medidas devem ser implementadas pela UE e seus Estados-Membros por forma a assegurar a protecção da dignidade e dos direitos dos migrantes em situação irregular, incluindo aqueles que foram traficados.



Centro de Saúde da Cruz Vermelha
Norueguesa para migrantes em situação
irregular, Oslo, 2011.
© Rebecca Shirin Jafar / Cruz Vermelha
Norueguesa

Nossas Recomendações

É prerrogativa dos Estados gerir as suas fronteiras e determinar quem tem permissão para entrar nos seus territórios. No entanto, no exercício desta prerrogativa, os Estados-Membros da UE estão vinculados pelas suas obrigações no âmbito do direito humano internacional e direitos dos refugiados. Este artigo de opinião tem como objectivo contribuir para a disseminação do respeito pela dignidade de todos os migrantes e o cumprimento dos seus direitos fundamentais, bem como para a aplicação da legislação na gestão de fronteiras na UE, e lei de imigração.

Centra-se, em particular, nas medidas que a UE e seus Estados-Membros devem realizar para proteger a dignidade e os direitos dos migrantes em situação irregular na UE.

1. Implementar um quadro eficaz para a migração segura e legal para a UE, de modo a reduzir a migração irregular.

A escassez de vias seguras e legais para a UE de nacionais de países terceiros obriga a que muitas pessoas migrem de forma irregular, muitas vezes recorrendo aos serviços de traficantes, dada a falta de alternativas viáveis. Além disso, a entrada irregular para a UE e a criminalização como resultado de passagens de fronteira ilegais, expõe os migrantes a violações dos direitos, detenções, sanções financeiras e proibições de reentrada.

Esta criminalização afecta negativamente a percepção que o público tem sobre os migrantes, facilitando o crescimento de atitude discriminatórias, racismo e xenofobia, o que por sua vez, causa impacto no acesso dos migrantes aos serviços básicos e fragiliza a coesão social na UE.

A entrada e estadia irregular não devem facilitar os migrantes a sanções financeiras ou à prisão. Precisam de ser implementadas vias legais para aceder com segurança à protecção internacional na UE, por exemplo, através de mecanismos sensíveis de protecção à entrada, incluindo os procedimentos de reagrupamento familiar e os vistos humanitários.

Canais de migração adicionais legais devem ser considerados, especialmente para fins de migração por motivo de trabalho - abrangendo todos os tipos de assalariados e competências. Assim, os Estados-Membros devem aplicar a Directiva da EU para Trabalho Sazonal.

2. Garantir o acesso à ajuda humanitária a todos os migrantes, independentemente do seu estatuto jurídico.

Todas as disposições da legislação nacional e da UE que criminalizam a prestação de assistência humanitária, aos migrantes em situação irregular, devem ser abolidas. A legislação existente que poderia complicar, ou mesmo proibir a prestação de ajuda humanitária aos migrantes deve ser revista e alterada.

O direito das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE a exercer o seu mandato humanitário pelo acesso e concessão de apoio humanitário a todos os migrantes - incluindo os migrantes detidos - deve ser rigorosamente respeitado.

Ao excluir, explicitamente, a assistência humanitária no âmbito de aplicação da Directiva de Facilitação da EU, promove-se a segurança jurídica, e aumenta o número de prestadores de serviços a migrantes, bem como a compreensão do público em geral sobre quaisquer direitos e deveres relacionados.

O Nosso Apelo

A UE e os seus Estados-Membros devem suprimir todas as disposições na Lei de enquadramento nacional e da UE que criminalizem a assistência aos migrantes em situação irregular.



A Cruz Vermelha Britânica presta assistência a refugiados e migrantes em necessidade, com pedidos de localização, bem como vales de emergência para alimentos e roupas, Reino Unido, 2011.

© Jonathan Banks / Cruz Vermelha Britânica

A estratégia de combate ao tráfico na UE deve visar os líderes das redes criminosas e não indivíduos agindo por razões humanitárias. A Directiva de Facilitação da UE deve ser revista para incluir uma isenção obrigatória que proíba a punição sobre a prestação de assistência humanitária às pessoas que estão em violação da legislação em matéria de entrada, trânsito e permanência. Em conformidade com o Protocolo de Palermo, o elemento de ganho financeiro, na definição do crime, deve ser ainda mais acentuado, de modo a garantir que as sanções só afectam pessoas que fazem lucros substanciais no negócio de tráfico.

3. Apoiar o acesso à informação sobre direitos de todos os migrantes.

Actualmente, há uma compreensão limitada dos direitos fundamentais que todos os migrantes têm, independentemente do seu estatuto jurídico. Assim, é fundamental que o acesso à informação seja melhorado para todos os migrantes.

A UE e os seus Estados-Membros devem promover que a informação seja facilmente acessível e clara, a todos os migrantes, sobre os seus direitos fundamentais, independentemente do seu estatuto jurídico. Esta informação deve ser fornecida em tantas línguas quantas as necessárias para assegurar que possa ser compreendido por todos os migrantes. Além disso, a consciência do público em geral, sobre as razões para a migração irregular, as condições enfrentadas pelos migrantes em situação irregular, e o direito aos direitos fundamentais, deve ser aumentada.

Autoridades de aplicação da lei, tais como polícias e guardas de fronteira, devem ser devidamente informadas e formadas sobre os direitos fundamentais dos migrantes em situação irregular, incluindo sobre a situação e as necessidades dos grupos específicos, particularmente vulneráveis, como crianças, mulheres e idosos.

4. Aplicar um princípio de separação para assegurar uma divisão clara entre as autoridades de imigração, outras autoridades e serviços públicos .

Na prática, o acesso aos direitos fundamentais muitas vezes depende de estatuto legal de uma pessoa. Pesquisar o acesso a serviços, tais como cuidados de saúde, abrigo, educação e assistência jurídica pode expor os migrantes, em situação irregular, ao risco de ser denunciado ou preso pela migração e/ou autoridades policiais. As autoridades podem, na verdade, obrigar os prestadores de serviços para verificar o estatuto de residência e/ou compartilhar dados de seus utilizadores com as autoridades de migração e aplicação da lei.



A clínica de saúde AMBER MED, um projecto realizado em parceria entre a Cruz Vermelha Austriaca e do Serviço de Refugiados Diakonie, presta serviços médicos para pessoas sem seguro médico, migrantes, requerentes de asilo, migrantes em situação irregular e os cidadãos austríacos.

© Regina Huegli / Diakonie Flüchtlingsdienst

Deve haver uma separação clara na lei e na prática sobre os poderes e as competências das autoridades de migração e aplicação da lei, por um lado, e as autoridades dos serviços sociais e do sistema judicial, por outro.

Em particular, uma separação entre os profissionais de saúde e as autoridades de imigração é necessária para garantir o acesso de todos os migrantes aos serviços básicos preventivos, curativos e de reabilitação de saúde sem o risco de serem denunciados, presos, detidos ou devolvidos.

Todos os migrantes devem ter acesso efectivo a equipamentos de educação, escolas primárias e secundárias, e à formação profissional sem ser relatados às autoridades de imigração.

Além disso, as autoridades policiais e de imigração não devem ser autorizadas a deter imigrantes sem estatuto legal na proximidade de escolas ou instituições de saúde.

5. Garantia de acesso efectivo à justiça para os migrantes em situação irregular.

Migrantes em situação irregular são particularmente propensos ao abuso e exploração por serem, muitas vezes, insuficientemente informados sobre os seus direitos e as suas opções na procura de soluções legais para delitos e crimes cometidos contra eles. Os migrantes, também podem temer que ao relatar quaisquer violações que sofreram, os coloque expostos aos riscos de apreensão, detenção e retorno.

Uma solução uniforme, juridicamente eficaz e de fácil acesso deve ser estabelecida para abordar as violações dos direitos fundamentais cometidas contra os migrantes. Os Estados-Membros devem rever e reforçar os seus sistemas nacionais de assistência jurídica gratuita e de outros programas de assistência jurídica financiado/apoiada pelo Estado para melhor servir as necessidades dos migrantes em situação irregular.

Para além disso, devem ser criadas vias acessíveis para os migrantes denunciarem actividades criminosas, contrabando e tráfico, relacionadas com a migração. As vítimas e testemunhas de crimes, incluindo crimes cometidos durante o contrabando, por exemplo cativo por dívidas, crimes contra a propriedade, violência física ou sexual, devem ter acesso efectivo a serviços de assistência e autorizações de residência.

6. Facilitar o acesso dos migrantes a um estatuto seguro e digno.

A irregularidade pode ser o resultado de insuficiências processuais ou administrativas na legislação de imigração e asilo, empurrando os migrantes para um limbo legal. Algumas pessoas não reúnem as condições para beneficiar de asilo ou protecção subsidiária, mas não podem ser devolvidos aos seus países de origem, dada a existência de obstáculos concretos legais ou práticos, incluindo o risco de ser sujeito a violações de certos direitos fundamentais, tal como garantido pelo princípio de não repulsão. Os migrantes que estão em trânsito, ou que ainda não tenham pedido protecção internacional, podem ser considerados em situação irregular. Da mesma forma, as pessoas que estão à espera para a conclusão de um procedimento de asilo ou de regularização administrativa, também se encontram sem estatuto determinado. Finalmente, há pessoas que passaram anos em seus países de residência, contribuindo activamente para a sua vida social e económica, mas não têm nenhuma perspectiva de regularização, porque não existe um quadro jurídico adequado.

Um estatuto seguro deve ser concedido a todos os migrantes que tenham apresentado um pedido de protecção internacional ou arquivado um pedido de estatuto jurídico, incluindo durante o processo de recurso. Os Estados-Membros da UE devem considerar a concessão de um acesso a uma licença independente provisória aos migrantes, com a finalidade de garantir um estatuto após ruptura de relações pessoais ou de emprego.

A UE deve também promover mecanismos contínuos para regularizar o estatuto dos imigrantes e conceder-lhes licença oficial para permanecer no país. Estes tipo de esquemas poderia oferecer possível regularização dependente de condições relacionadas com a duração da estadia, laços familiares e sociais, e/ou relações de trabalho.

7. Abster-se de detenção de crianças migrantes e proceder à detenção de migrantes adultos apenas como uma medida de último recurso.

A detenção deve ser usado como uma medida de último recurso, e não como uma ferramenta para impedir a migração. Qualquer detenção tem de ser determinada necessária, razoável e proporcional a um propósito legítimo. Actualmente, os migrantes podem ser detidos no âmbito de procedimento de regresso, na chegada inicial, ou transferências de Dublin.

Deve haver uma avaliação do impacto da legislação da UE sobre a detenção de migrantes dentro e fora da UE. Esta avaliação deve considerar os seguintes aspectos: a necessidade e a proporcionalidade das decisões de detenção, a duração da detenção, a taxa de reincidência de detenção, a eficácia da revisão legal das decisões de detenção, e da disponibilidade de assistência jurídica eficaz.

As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE recomendam a redução da duração máxima de 18 meses da detenção actual, e a criação de mecanismos para evitar períodos repetidos de detenção. A detenção deve ser sempre sujeita a revisão judicial, e migrantes detidos devem ser informados dos seus direitos e desfrutar de um acesso efectivo a mecanismos de apelo. A detenção deve ser uma medida excepcional, na sequência de consideração prévia de liberdade e outras alternativas à detenção.



Crianças em situação irregular são especialmente vulneráveis e nunca devem ser detidas pelo seu estatuto, Indomeni, 2016
© Mirva Helenius / Cruz Vermelha Filandesa

As circunstâncias especiais dos grupos particularmente vulneráveis, como crianças, idosos, vítimas de tortura ou de tráfico, pessoas com doenças mentais ou físicas e pessoas com deficiência, devem ser consideradas. A detenção destes grupos vulneráveis tem de ser evitada. As crianças devem desfrutar de salvaguardas adicionais e nunca devem ser detidas.

8. Certificar de que os procedimentos de regresso estão em conformidade com os direitos fundamentais.

O retorno é uma possível fase de migração que só deve acontecer quando puder ser realizado com segurança e com dignidade, em plena conformidade com os direitos fundamentais dos migrantes, incluindo os direitos processuais. Em consonância com o princípio de não repulsão, os migrantes nunca devem ser devolvidos para países onde hajam motivos suficientes para acreditar que se corre o risco de serem submetidos a violações de direitos fundamentais.

Os migrantes devem ter acesso a assistência jurídica gratuita a fim de apelar a decisões de regresso, e os recursos para interpor retorno deve ser automaticamente suspensos. Os procedimentos de readmissão e as listas comuns dos países de origem seguros, não devem impedir uma análise adequada da situação individual de uma pessoa.

Os regressos forçados só devem ser usados como uma medida de último recurso. Os procedimentos de regresso devem incluir uma componente de apoio para ajudar a construir projectos de subsistência nos países de retorno, de modo a melhorar as perspectivas sócio-económica dos migrantes retornados e facilitar a sua reintegração. Qualquer informação e assistência que é oferecida deve ser baseada nas necessidades e ter em conta a necessidade de medidas especiais, especialmente para as pessoas mais vulneráveis.

Gabinete da Cruz Vermelha na União Europeia

Contacto

Red Cross EU Office Rue de
Trèves 59-61
1040 Bruxelles
Belgium
Tel: +32(0)2 235 06 80 Fax:
+32(0)2 230 54 64
Email: migration@redcross.eu
www.facebook.com/RedCrossEU

Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na União Europeia e a Cruz Vermelha Norueguesa constituem parte da maior rede humanitária do mundo, emprega mais de 250.000 funcionários. Envolvem bem mais de um milhão de voluntários, e tem mais de oito milhões de membros. O Gabinete da Cruz Vermelha na UE representa os seus interesses, bem como os da Federação Internacional das Sociedades Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (FICV), na UE e suas instituições.

Asilo e Migração

O asilo, a migração e o deslocamento são de grande importância para as Sociedades Nacionais Cruz Vermelha na UE, onde muitos desempenham um papel fundamental para acolher refugiados e prestando aconselhamento, cuidados de saúde e assistência social, bem como apoiam a sua integração e participação na vida em comunidade. Ajudamos as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha na UE a entender melhor o quadro político da UE em matéria de migração e asilo e defendemos as políticas de migração na UE, o que permite salvaguardar os princípios humanitários e respeitar a dignidade dos migrantes e refugiados, independentemente do seu estatuto legal. Promovemos o apoio adequado para os migrantes vulneráveis, independentemente do seu estatuto jurídico, incluindo o acesso à protecção e aos serviços básicos.